

Editorial

DOI:10.3395/reciis.v6i2.609pt

A temática da informação e da comunicação em saúde tem grande relevância na produção da Saúde Coletiva, em especial sob o foco das tecnologias e dos sistemas de informação na saúde. Há alguns anos, em particular por ocasião da discussão e aprovação da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde para o SUS, um foco emergente, o uso da informação e suas tecnologias para a gestão e para o ensino, passou a reivindicar centralidade no debate e na formulação teórica.

O Número Especial da RECIIS sobre usos da informação e das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano do sistema, de redes e de serviços de saúde busca identificar e disponibilizar o resultado desse deslocamento e, em relação à produção científica de trabalhos acadêmicos e/ou de serviços, verificar avanços e desafios no cenário atual. O projeto deste número é uma parceria com o Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação em Sistemas e Serviços de Saúde (Otics) e com a Rede Unida.

O aprimoramento do controle da qualidade da informação na Internet é o centro da discussão conduzida por Ilza Leite Lopes em seu artigo. Novos instrumentos vêm sendo adotados por instituições e profissionais em todo o mundo, refletindo a necessidade de qualificar conteúdos pela sua relevância. "Iniciativas internacionais para o controle da qualidade da informação em Saúde na Web" apresenta algumas perspectivas, notadamente o desenvolvimento de programas de acreditação nos Estados Unidos e Europa.

Em "Sistema Governamental Brasileiro de Informações e Segurança Frente a Atentados Bioterroristas", Maria Eveline de Castro Pereira, Ana Clara Pecego Silva, Claudia Jurberg e Cintia de Moraes Borba buscaram responder se o Brasil teria um sistema ou canal de comunicação formal, centralizado e atualizado de informação e segurança à disposição da sociedade para orientar-se no caso de bioterrorismo, nos moldes do norte-americano Centers for Disease Control and Prevention/USA. Em maio de 2011, valendo-se de uma busca no popular site de busca Google relacionaram descritores como bioterrorismo, ataque terrorista, arma biológica, risco, saúde pública e emergência, e chegaram a algumas conclusões interessantes, sugerindo, inclusive, um modelo que abarque também protocolos de cuidado contra consequências de armas biológicas.

Christovam Barcellos, Renata Gracie, Heglaucio Barros, Mônica Magalhães, André Luciancencov Redivo, Patrícia Feitosa e Vanderlei Matos Correio trazem, em "Disseminação de informações sobre água, saúde e saneamento do Brasil: Aspectos institucionais e tecnológicos da construção do Atlas da água", um panorama das condições de saneamento e agravos de saúde relacionados à água, articulado a partir de 94 variáveis que subsidiaram a criação de 73 indicadores em três eixos. O geoprocessamento, um caminho originalmente visado para auxiliar gestores de saúde e saneamento, mostrou-se um recurso altamente atraente para os movimentos sociais, que o utilizaram na luta pelos direitos ao saneamento.

"O acesso público da informação em saúde para as doenças negligenciadas no Brasil", de Érika Silva Nascimento, Marilza Maia-Herzog e Paulo Chagastelles Sabroza busca ponderar os dados disponibilizados no SINAN Net e em outras fontes publicizadas pelo governo brasileiro para as doenças chamadas, segundo critérios da OPAS - Brasil, de negligenciadas: a Esquistossomose, a Doença de Chagas Aguda, a Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), a Leishmaniose Visceral (LV), a Hanseníase, a Filariose e a Oncocercose. Abrindo caminho dentro da mesma gigantesca base, os pesquisadores se deparam com universos demográficos e cenários epidemiológicos muito distintos entre si, e vão sublinhando discrepâncias - não obstante afirmarem que o SUS refletiu as melhorias da informatização no país e implementação de SIS que possibilitam a comunicação nas três esferas do governo.

A pesquisa em andamento "O fluxo informacional do Sistema Nacional de Transplantes: uma Análise de Redes Sociais", de André Luiz Dias de França, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves e Guilherme Ataíde Dias examinou a troca de informações entre a Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes (CGSNT), a Central Nacional de Transplantes (CNT) e as Centrais de Notificação, Capacitação e Distribuição de Órgãos. Os autores usaram entrevistas e questionários eletrônicos para mapear a rede social associada ao Sistema Nacional de Transplantes (SNT, e defendem que, apesar da robustez do sistema de transplantes do Brasil - apresentado como o maior do mundo - ainda não há, nessa rede, circulação de informação representativa para o avanço do conhecimento técnico e científico nessa área.

“Governo eletrônico e redes sociais: informação, participação e interação”, de Antonio Cordeiro, Cláudia S. F. Martins, Nilton Bahlis dos Santos, Rodrigo Vieira Ribeiro e Thiago Petra aborda temas como governo eletrônico, acesso à informação, dados abertos e software livre para defender a visão de que está em curso um reposicionamento da sociedade, pela ampliação do controle social das políticas públicas, em particular na área da saúde, tornado possível pelas redes sociais plasmadas pelas novas tecnologias de informação. Os autores apresentam alguns aspectos dessa transformação que já se traduzem em mudanças legais, renovando o panorama cidadão. Mas advertem para os inúmeros desafios que ainda há por transpor.

Denise Tolfo Silveira, Agnes Ludwig Neutzling, Luísa Helena Machado Martinato, Vanessa Menezes Catalan, Tamyres Oliveira Santos e Stephani C.P. Brondani assinam “Objetos educacionais digitais para a saúde da mulher”, apresenta a metodologia de desenvolvimento de sete objetos educacionais digitais criados pelo Laboratório de Ensino Virtual – Enfermagem (LEVi-Enf), da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para apoio ao ensino de enfermagem presencial, em saúde da mulher. Os objetos foram criados no contexto do PROADE III – Projeto Objetos de Aprendizagem Digitais em Enfermagem Versão III, surgido da necessidade de criar objetos educacionais para Enfermagem adequados à realidade brasileira, ancorados na aprendizagem baseada em problemas, para refletir os saberes que os estudantes encontram no seu cotidiano.

Com “Uma abordagem de educação para saúde a partir da informação científica e tecnológica”, Maria Cristina Soares Guimarães, Cícera Henrique da Silva e Rosane Abdala Lins de Santana descrevem a abordagem que norteou o lançamento do primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Informação Científica e Tecnológica em Saúde no Brasil. Segundo as autoras, a filosofia que inspira e transforma esse curso de especialização afirma que a integração da produção do conhecimento no seio das práticas possibilita um aprender-fazendo, ou, um fazer-aprendendo. Forjado em meio ao crescente gap entre os desafios para melhorar a saúde e a capacidade do pessoal de saúde para atendê-las, o curso – que já formou 272 profissionais de saúde, com perfis e origens variados, com turmas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre – acolhe e estimula o que seria a principal característica do profissional da Sociedade da Informação – a capacidade de aprendizado.

Maria Cristina Guimarães, editora científica da Reciiis, resgata Os sete saberes necessários à educação do futuro, de Edgar Morin, na resenha “Uma abordagem de educação para saúde a partir da informação científica e tecnológica”. Em tempos de Rio+20, o frescor desse texto de Morin permanece, fundado na discussão de que, em um mundo crescentemente complexo, mutante, múltiplo, mestiço, imprevisível, a sustentabilidade é uma construção incessante e tensionada. É para tecer essa tapeçaria de possibilidades que a educação deve formar, segundo uma “antropo-ética” local-global, que contemple a autonomia individual, a participação comunitária e a consciência planetária.

Na Seção Novas escrituras e mediações em saúde, Rosinalva Alves de Souza examina o acervo de Filmes da FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, disponibilizado no repositório da Fiocruz (www.arca.fiocruz.br). “Saúde em 16mm: perspectivas da educação sanitária no Brasil dos anos 40”, traz uma surpreendente faceta da história da Saúde Pública no Brasil: no âmbito da colaboração Brasil-Estados Unidos, que redundou na criação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, em 1942, a Fundação Rockefeller trouxe para o país a sua bem sucedida experiência na produção de filmes e desenhos animados como instrumento de promoção da saúde. Apesar de sua importância, grande parte desses filmes desapareceu ou estava esquecida nos cantos escuros da burocracia. Financiado pelo Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – PIPDT, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – ICICT, da Fiocruz, o projeto de pesquisa “A imagem da saúde no discurso oficial do Estado Novo - Recuperação do acervo cinematográfico da Fundação Nacional de Saúde”, trouxe à luz esse precioso passado.

Boa leitura.

ISSN: 1981-6278



O conteúdo desse site está licenciado sob a [Creative Commons Attribution 3.0 License](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)